

Governança pública

FORTALECER A INTEGRIDADE PARA O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

- ▶ A corrupção é um problema reconhecido no Brasil, com impacto negativo no setor público e no setor privado.
- ▶ O quadro regulatório do lobismo e da proteção ao denunciante pode ser melhorado, para evitar a captura política e fortalecer os mecanismos de integridade.
- ▶ O Brasil poderia tirar proveito dos progressos significativos alcançados nos mecanismos de controle e fiscalização do setor público e persecução dos delitos.

Qual é a questão?

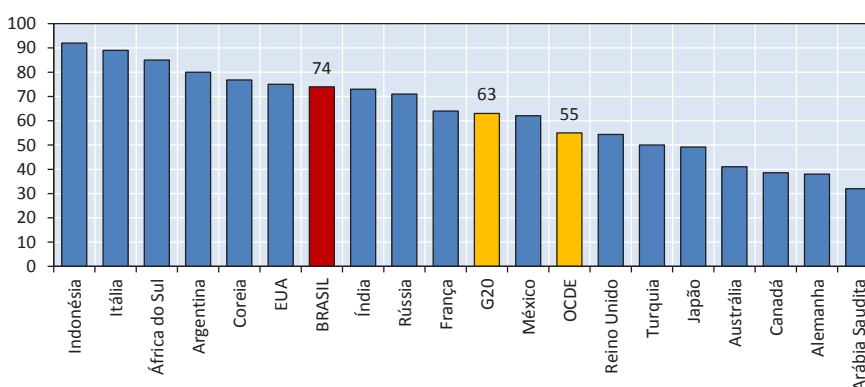
A corrupção é um problema reconhecido no Brasil, que enfraquece a competitividade da economia e afeta a confiança nos mercados e instituições. Segundo a Pesquisa Empresarial do Banco Mundial, a corrupção foi citada como a principal preocupação na realização de negócios, por 69% das empresas que operam no Brasil. De acordo com a Pesquisa Mundial Gallup de 2013, 74% dos cidadãos acham que a corrupção é generalizada no governo (ver imagem).

Em termos de arcabouços legislativos no Brasil, não há atualmente legislação especificamente dedicada à regulação do lobby, para proteger o ciclo político de influência e captura indevidas; no entanto, alguns aspectos são regidos pelas leis contra o suborno corporativo, conflitos de interesse e afins. Quanto à proteção do denunciante, ela é traduzida em uma lei que confere legitimidade e estrutura os mecanismos, através dos quais os funcionários públicos podem revelar

irregularidades reais ou percebidas no setor público, protege os funcionários públicos contra represálias e, ao mesmo tempo, estimula essas pessoas a cumprir com suas obrigações de prestar um serviço público eficiente, transparente e de alta qualidade. A legislação de proteção aos denunciantes pode se tornar um dos instrumentos mais efetivos de apoio às iniciativas de combate à corrupção, detecção e combate aos atos corruptos, fraudes e gestão negligente. Inúmeros instrumentos e recomendações internacionais destacam as maneiras com que estas questões podem ser abordadas, incluindo: os Princípios Orientadores do G20 para a Legislação sobre a Proteção de Denunciantes, de 2012; a Recomendação da OCDE de 2009, para aumentar o Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros; e a Recomendação de 1998 de Melhorar a Conduta Ética no Serviço Público, incluindo os Princípios para a Gestão Ética no Serviço Público.

» A corrupção é um problema amplamente reconhecido no Brasil

Participação dos cidadãos que relatam que a corrupção é generalizada no governo, 2014



Fonte: Government at a Glance 2015 com dados da Pesquisa Mundial Gallup.

O que devem fazer os formuladores de política?

- ▶ Proteger o ciclo político de influências indevidas, por exemplo com a implementação de medidas para aumentar a transparência no lobismo, tais como o registro do lobby, código de conduta do lobista e regulação do emprego público, antes e depois, e desenvolvendo uma lei efetiva e abrangente de proteção ao denunciante.
- ▶ Fortalecer a primeira linha de defesa contra a corrupção, por exemplo dando importância maior ao controle interno baseado em risco, na gestão pública.
- ▶ Formar habilidades e valores no governo, assim como a nível individual e social, por exemplo através da educação cívica e ações de sensibilização, para advertir os cidadãos sobre as suas próprias responsabilidades.

Além disso, o Brasil, como 45,5% dos países da OCDE, continua a fornecer proteção ad hoc aos denunciantes, por meio de disposições jurídicas fragmentadas. Tais disposições frequentemente fornecem proteção menos abrangente do que a oferecida por uma lei específica de proteção do denunciante. Aumentar a transparência no lobismo pode proteger o ciclo político de influências indevidas. As evidências de consenso sobre a necessidade de transparência no lobismo, que surgiram nos países da OCDE e na América Latina, são respaldadas pelo fato de que 11 países já introduziram regulações para a prática do lobby na última década, inclusive o México e o Chile, ao passo que apenas 4 países haviam introduzido regulação para o lobby nas cinco décadas anteriores.

No entanto, há elementos que apontam para uma melhoria da situação. À medida que os casos de alta visibilidade levantam preocupações e testam a reação do governo às demandas sem precedentes dos cidadãos, os casos de corrupção interna estão sendo investigados e processados mesmo quando envolvem funcionários públicos de alto escalão. A Controladoria Geral da União (CGU), em particular, aumentou os níveis de transparência em muitas áreas do governo e o Tribunal de Contas da União (TCU) é líder mundial no fortalecimento do papel das entidades fiscalizadoras para conter a corrupção.

Por que isto é importante para o Brasil?

A corrupção pode afetar a efetividades políticas públicas, a aplicação das normas e, em casos extremos, até mesmo levar à instabilidade política e social.

Como a maior economia da América do Sul, o impacto econômico da corrupção no Brasil é significativo, não apenas em nível nacional, mas também em nível regional, ao entrar o comércio e os investimentos, enfraquecer a competitividade do setor privado, os subsídios para empresas ineficientes e perda de receitas do estado.



Leitura adicional

OECD (2015), *Integrity Framework for Public Investment*, OECD Publishing, forthcoming.

OECD (2015), *Financing Democracy: Policy Capture, Funding of Political Parties and Election Campaigns -Building Trust in Public Institutions*, OECD Publishing, forthcoming.

OECD (2015), *Recommendation of the Council on Public Procurement*. <http://www.oecd.org/gov/ethics/Recommendation-on-Public-Procurement.pdf>

OECD (2012), *Integrity Review of Brazil: Managing Risks for a Cleaner Public Service*, OECD Publishing. <http://www.oecd.org/publications/brazil-oecd-integrity-review-9789264119321-en.htm>

OECD Public Procurement Toolbox. <http://www.oecd.org/governance/procurement/toolbox/>